

O papel da ZOPACAS nas políticas externa e de defesa do Brasil no século XXI (2005-atualidade)

The role of ZOPACAS in Brazil's foreign and defense policies in the 21st century (2005-present)

Resumo: O século XXI tem se caracterizado pela complexidade com a ascensão/consolidação de polos regionais de poder, configurando características de uma ordem multipolar. A atenção global passou a ser novamente direcionada para o hemisfério Sul devido à intensificação das relações Sul-Sul, incluindo-se, aí, o Atlântico Sul, nos cálculos geoestratégicos. Nesse contexto, o Brasil reconsolidou o eixo da sua política externa para o Sul, intensificando as relações com os países de seu entorno estratégico, articulando aí, assuntos de defesa. Assim, o presente artigo objetiva analisar qual o papel da ZOPACAS nas políticas externa e de defesa do Brasil, especialmente a partir de 2005 com a primeira revisão da Política Nacional de Defesa (PND). Como hipótese, evidencia-se que a Zona faz parte do conceito de entorno estratégico do Brasil, sendo prioridade de suas políticas externa e de defesa desde 1986, mesmo com períodos de maior ou menor intensidade em sua agenda externa. Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, aplicando o método hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: ZOPACAS. Política externa brasileira. Política de defesa do Brasil.

Abstract: The 21st century has been characterized by complexity with the rise/consolidation of regional power poles, configuring characteristics of a multipolar order. Global attention was once again directed to the Southern hemisphere due to the intensification of South-South relations, including the South Atlantic, in the geostrategic calculations. In this context, Brazil reconsolidated the axis of its foreign policy for the South, intensifying relations with the countries in its strategic surroundings, articulating defense matters there. Thus, this article aims to analyze the role of ZOPACAS in Brazil's foreign and defense policies, especially from 2005 onwards with the first review of the National Defense Policy (PND). As a hypothesis, it is evident that the Zone is part of the concept of Brazil's strategic environment, having been a priority of its foreign and defense policies since 1986, even with periods of greater or lesser intensity in its external agenda. Methodologically, we opted for a qualitative approach research, applying the hypothetical-deductive method.

Keywords: ZOPACAS; Brazilian Foreign Policy; Brazil's defense policy.

Kamilla Raquel Rizzi 

Universidade Federal do Pampa
Sant'Ana do Livramento, RS, Brasil.
kamillarizzi@unipampa.edu.br

Patrick Bueno 

Universidade Federal do Pampa
Sant'Ana do Livramento, RS, Brasil.
patrickbuenopinto@gmail.com

Recebido: 19 mar. 2021

Aprovado: 24 jun. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução: a complexidade do sistema mundial do século XXI

O esgotamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o conseqüentemente fim da ordem bipolar encaminhou o sistema mundial para uma ordem de complexidade conjuntural a partir do início da década de 1990, na qual a ascensão de novos polos de poder e a concretização de blocos econômicos limitaram a margem de atuação dos Estados Unidos (EUA). Na esfera diplomático-militar e estratégica dominava somente um polo de poder, com Washington em posição dominante, sobretudo na ausência de qualquer adversário do mesmo nível, atribuindo uma ordem unipolar no imediato período pós-Guerra Fria. No entanto, conforme Visentini (2013), quando ponderadas as novas tendências e o avanço econômico-tecnológico, a ordem que se desenhou após 2001 possui características multipolares. Considera-se, na presente análise, que o sistema mundial se encontra em plena transição, em uma fase de desgaste pós-hegemônico. Apesar do seu declínio relativo, Washington manteve uma margem de vantagem sobre seus aliados-rivais devido da vantagem militar e econômica e domínio sobre organizações internacionais¹.

A ascensão de novos polos de poder e a ampliação dos blocos econômicos deu ao sistema mundial do século XXI traços complexos. Nesse quadro, a Ásia oriental emergiu como nova fronteira econômica, especialmente a China que se associa ao dinamismo da revolução científico-tecnológica em sua atual etapa, adequando-se ao sistema capitalista como uma economia socialista de mercado, a qual lhe tem permitido gozar de um desenvolvimento econômico expressivo e preservar sua estrutura política de teor não hegemônico e de liderança compartilhada. Outro polo é a Rússia que, desde a ascensão de Vladimir Putin (2000), tem apresentado melhorias socioeconômicas internamente, permitindo uma política de barganha e cooperação com o Ocidente, como também, a recuperação de sua concepção de interesse nacional (VISENTINI, 2013).

A última década do século XX foi marcada por duas mudanças profundas na América Latina. O velho paradigma desenvolvimentista, o qual passou pelo aumento da inflação, pela estagnação econômica e pela exaustão do Estado como condutor da economia nacional, culminou no seu esgotamento e abriu-se espaço ao paradigma do Estado neoliberal. Os países latino-americanos mergulharam no século XXI à procura de outro destino (CERVO, 2016), com crescimento econômico expressivo no início do século, resultado do aumento do comércio mundial e dos preços das *commodities*. No entanto, esses estímulos externos deixaram de incidir favoravelmente e o destino regional entrou em declínio nos últimos sete anos.

Por sua vez, a evolução do modelo brasileiro de inserção internacional foi determinada pelos dois governos que caracterizaram a passagem do paradigma do Estado Normal ao Estado Logístico², dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2000) e Luiz Inácio Lula da Silva

1 Desde os anos 1970, os EUA vêm perdendo lentamente seu protagonismo internacional e por meio da sua ascendência dentro das organizações internacionais, o país tem tentado manter sua posição internacional. Porém, o declínio referido é em termos internos, pois o papel da superpotência nos âmbitos externo e interno não mais convergem. Neste sentido, Todd (2003) afirma que o declínio relativo parece ser irreversível em um mundo demasiado vasto, diverso e dinâmico para aceitar um sistema unipolar.

2 O uso de Paradigmas nas Ciências Humanas e Sociais revela-se importante pela observação empírica e análise histórica. Para Cervo (2003), a política externa brasileira originou quatro paradigmas: o Liberal-Conservador (1810-1930), o Estado Desenvolvimentista (1930-1989), o Estado Normal (1990-2002) e o Estado Logístico (2003-2018). De 2018 aos nossos dias, são conjugadas características do Estado Logístico com o Normal, acentuado.

(2003-2010). O primeiro sustentava suas ideias e decisões a partir de uma perspectiva neoliberal, o segundo, com o viés de centro-esquerda sindical. Dessa forma, o Estado Logístico iniciado por Cardoso, consolidado por Lula, mantido por Dilma Rousseff (2011-2016), foi esvaziado (tendo tons neoliberais) por Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atualidade) e tem sido o modelo que conduz, com maior ou menor intensidade de prioridades e pragmatismo, a postura brasileira frente às mudanças do sistema mundial no século XXI.

Nesse contexto, o presente artigo pretende analisar qual o papel da ZOPACAS nas políticas externa e de defesa do Brasil, com especial atenção a partir de 2005, ano em que foi promulgada a primeira revisão da Política de Defesa Nacional e a consequente incorporação do conceito de entorno estratégico. A hipótese de pesquisa evidencia que a ZOPACAS faz parte do entorno estratégico do Brasil, sendo prioridade de sua política externa e de defesa, desde sua criação, em 1986, sendo enfatizada a partir de 1995, com a primeira revisão da PND, mesmo com períodos de maior ou menor intensidade em sua agenda externa. Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual predomina a interpretação desenvolvida pelo pesquisador frente ao caso de estudo, uma vez que tal abordagem se preocupa “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Adota-se o método hipotético-dedutivo, o qual permite através de um problema inicial, elaborar certas hipóteses que podem ser refutadas ou comprovadas no desenvolvimento da pesquisa. Em que a “[...] substituição dos tradicionais princípios epistemológicos básicos da indução e da verificabilidade, propôs a testabilidade e a falsificabilidade” (NEVADO, 2008, p. 20). Ademais, segundo Nevado (2008), esta abordagem consiste em desenvolver explicações causais dedutivas e avaliá-las por meio de previsões, com base numa relação lógica entre proposições, uma vez que o conhecimento é a consequência das proposições que refutam as hipóteses e teorias iniciais.

1.1 O Brasil se reaproximando do Atlântico Sul e da África

Depois do Afro-pessimismo dos anos 1980 e 1990, ocorreu na primeira década do século XXI um crescimento econômico expressivo dos países africanos, o que resultou na postura mais ativa e pragmática da inserção internacional da África. Argumenta-se que a “África nunca existiu isolada da política mundial, mas esteve inevitavelmente imbricada nas dinâmicas e no fluxo de eventos e mudanças de configuração do poder global” (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017, p. 11). Neste sentido, as mudanças ocorridas no continente africano decorreram, conforme Saraiva (2015), do a) avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e o término dos conflitos armados; b) crescimento econômico associado às políticas macroeconômicas e, c) a elevação de autoconfiança das elites por meio de novas formas de renascimento culturais e políticos. Assim, a ascensão de uma nova classe média consumidora e o aumento dos ganhos sociais em certos países africanos, fez com que o teor pessimista das análises sobre o continente africano se convertesse à narrativa otimista, registrando uma “Emergência Africana”.

O crescimento econômico nos países africanos foi decorrente dos fluxos de investimento direto estrangeiro após 1999, os quais ficaram concentrados em cinco países (Nigéria, Sudão, Angola, Guiné Equatorial e África do Sul), cuja causa principal de atração são os recursos energéticos. Em parte, os fluxos de investimentos eram oriundos de potências emergentes do Sul - Brasil, Índia e China, que buscaram engajar-se à África por motivos político-estratégicos e econômicos. No entanto, EUA, Reino Unido, França, Rússia e Alemanha continuaram a articular seu papel no continente para assegurar seus interesses (acesso a recursos naturais e de energia, mercados e rota de navegação, como também, cálculos militares-estratégicos).

Nessa conjuntura sistêmica, com o fortalecimento da cooperação Sul-Sul em sua pauta externa, as relações do Brasil com a África ganharam também incentivo a partir do governo Lula da Silva (2003-2010)³. Abdenur e Souza Neto (2014b) ressaltam que as relações Sul-Sul desenvolvidas por Brasília nesse período exerceram um caráter instrumental para projetar internacionalmente a imagem do país, alcançar seus interesses nacionais “[...] com o propósito de projetar a influência do Brasil no exterior, criar novas oportunidades econômicas e parcerias políticas, e fortalecer a segurança nacional pela cooperação com países menos desenvolvidos, inclusive na área de defesa” (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014b, p. 217).

A presente pesquisa toma como ponto de partida a discussão conceitual com base em Cervo (2008) e Milani e Pinheiro (2013), considerando-se a política externa uma política pública, a qual tem seus resultados no ambiente externo, porém, levando em consideração que o processo de elaboração, no qual aglomera as demandas e conflitos de variados grupos domésticos, torna-a um instrumento do Estado. A partir da transição dos anos 1980/1990, o Ministério das Relações Exteriores perdeu sua relativa autonomia na condução da política externa do país, pois incorporou-se o papel da Fazenda na negociação financeira internacional, bem como, nota-se a presença de vários ministérios como também entidades subnacionais que fazem parte na definição da agenda internacional do Estado brasileiro. Conforme Milani e Pinheiro (2013), “[...] se antes era possível falar de uma concentração desses assuntos na agenda do Itamaraty, hoje os temas de política externa, por serem mais diversificados, povoam as atividades de outros ministérios e agências de governo, em um novo arranjo institucional” (p. 27).

Por sua vez, segundo Figueiredo (2015), a política de Defesa pode ser percebida em dois aspectos em termos restritos e amplos. O primeiro aspecto abrange o termo defesa quanto ao uso da força de natureza militar e, por outro lado, ao emprego dos instrumentos diplomáticos, os quais conduzem os Estados, em estado de tensão, negociação dos interesses e objetivos das partes envolvidas, objetivando a manutenção da paz. No segundo aspecto, o termo defesa se refere ao estágio de desenvolvimento econômico e técnico-científico, a estrutura social, a eficiência das instituições políticas, ao histórico da cultura de defesa, a sua geopolítica (posição geográfica, tamanho territorial, recursos naturais). Desse modo, o conceito de política de defesa é uma percepção da complexidade das relações internacionais, ou seja, como o Estado percebe as ameaças e os conflitos de interesses.

3 Significou um resgate aos princípios planteados na Política Externa Independente, a qual foi desenhada no governo de Jânio Quadros (1961-1964), como também, a retomada de elementos que compõem o acumulado histórico da diplomacia brasileira: ação cooperativa, multilateralismo normativo, realismo e pragmatismo (CERVO, 2008).

Torna-se indispensável vincular as políticas externa e de defesa com o modelo de desenvolvimento, pois “estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação” (BRASIL, 2012b, p. 1). Nota-se que a vinculação é importante, pois assegurando a segurança nacional, entendida como “[...] condição que permite ao país preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças [...]” (BRASIL, 2012d, p. 12.), o país consegue promover seu desenvolvimento. Logo, o modelo de desenvolvimento seria o “[...] projeto político de superação do subdesenvolvimento visando a modernização tecnológica, o aumento de capacidades produtivas industriais e de suporte econômico à política externa e à política de defesa do país no Sistema Internacional” (MARTINS; NUNES, 2017, p. 191).

Neste sentido, observa-se que as políticas externa e de defesa a) devem ser compreendidas como políticas públicas complementares, b) o processo de formulação da política externa brasileira realizado internamente responde à variáveis internas e externas, ressaltando uma “pluralização de atores da política externa brasileira”, e c) essa pluralidade de atores e interesses é um reflexo da nova ordem internacional e doméstica, na qual emerge uma complexidade e uma nova visão sobre a política externa, sua prática e seu estudo (MILANI; PINHEIRO, 2013). Ademais, essa retomada dos assuntos de defesa e segurança no Brasil é resultado da criação do Ministério de Defesa, em 1999 e da primeira revisão da Política de Defesa Nacional em 2005, da Estratégia Nacional de Defesa, 2008 e do Livro Branco de Defesa Nacional, 2012. Assim, o Brasil buscou gradualmente convergir sua capacitação securitária (institucional e de ação) com a formação de uma economia nacional robusta (MARTINS; NUNES, 2017, p 204).

1.2 A ZOPACAS: da origem ao ocaso a partir de 2013

Durante a Guerra Fria, o clima de insegurança e desconfiança gerado pelas grandes potências fez com que a África do Sul passasse a fomentar a formação de uma organização de defesa nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A partir de sua perspectiva, assegurar a segurança da região sul-atlântica contra a ameaça comunista seria possível através da criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), na década de 1970. No entanto, essa proposta não foi adiante devido à ausência de interesse dos países da região.

De acordo com o entendimento brasileiro, o delineamento de esquemas de cooperação militar poderia intensificar os impactos negativos e o agravamento das tensões internacionais na região sul-atlântica (VIEGAS FILHO, 2016). Nesse sentido, o Brasil lançou a proposta da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como contraposta à OTAS, em 1986, cujo objetivo central era de preservar a natureza pacífica do Atlântico Sul. Na 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a iniciativa brasileira de criação da ZOPACAS se concretizou por meio da Resolução A/RES/41/11. Ademais de mencionar o objetivo de assegurar a paz e a cooperação entre os países que o margeiam, a resolução ressaltava a desnuclearização e desmilitarização

do Atlântico Sul⁴. Após a sua criação, os encontros foram no Rio de Janeiro, Brasil, em 1988; Abuja, Nigéria, em 1990; Brasília, Brasil, em 1994; Somerset West, África do Sul, em 1996; Buenos Aires, Argentina, em 1998; Luanda, Angola, em 2007; e o último encontro ocorrido, em Montevidéu, Uruguai, em 2013.

Há, na literatura analisada das áreas de política externa e de defesa do Brasil e de segurança e defesa no âmbito da ZOPACAS, ampla concordância sobre a relevância da Zona para o país e região, desde 1986. Os principais argumentos positivos (ABDENUR e MARCONDES, 2014a; GONZALEZ, 2014; NEVES, 2015; PENHA, 2011; PEREIRA, 2016; VIEGAS FILHO, 2016; VISENTINI, 2013) apresentados analisam o papel geoestratégico⁵ da região do Atlântico Sul no sistema mundial e da necessidade de entendimento entre os Estados ribeirinhos, em termos de aproximação, cooperação e estabilidade política-institucional. Para tal, utilizam-se da análise de que a Zona é um fórum de concertação permanente vital para a manutenção da região como tal, embora incipiente ainda, mas com potencialidades evidentes. Outros autores (AMORIM, 2013; PIMENTEL, 2015, 2018; RUCKS, 2014; SANTOS SOARES, 2020; VIEIRA, 2017) compreendem a importância da Zona, mas contrariam tal posicionamento, questionando a sua efetividade, que – embora com mais de trinta anos de existência – não conseguiu avançar na sua institucionalização, e essa seria sua principal deficiência e problema de origem. A falta de ações consolidadas concretamente, o “baixo investimento dos países [na] articulação e [...] [as] próprias diversidades dos países em estabelecer uma pauta comum” (RUCKS, 2014, p. 156) e o “estágio letárgico atual” (SANTOS SOARES, 2020, p. 41) seriam consequências de uma estrutura institucional inexistente⁶.

Neste artigo, concorda-se com o primeiro grupo de autores, que, mesmo com as deficiências apontadas historicamente e os desafios contemporâneos, compreende o papel positivo que a ZOPACAS desempenha para a região se manter estável e com ações de cooperação bi e multilateral.

A região sul-atlântica se apresenta como uma plataforma estratégica para o desenvolvimento econômico e social dos países de ambas as margens, possibilitando a conexão interoceânica com outras regiões, embora essas tenham características diferentes. Dessa forma, no contexto africano, a Zona surgiu como instrumento de cooperação e fortalecimento das relações entre os Estados-membros, bem como constitui-se como um palco de diálogo para aqueles países que possuem suas capacidades de influência limitadas, permitindo, assim, ter uma voz mais contundente nos fóruns, conforme Gonzalez (2014). Além disso, a integração regional representa uma forma de legitimar a soberania nacional dos países africanos no período pós-descolonização, aliando assuntos domésticos e regionais para a estabilização.

4 Além do Brasil, mais outros vinte e três países passaram gradualmente a serem signatários: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

5 Por geoestratégia – além da discussão teórico-conceitual existente na literatura especializada, aqui se compreende como o estudo das “[...] constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica” (CORREIA, 2012, p. 238, grifo nosso).

6 Ainda segundo Amorim (2013), torna-se pouco provável que “[...] cooperações regionais no âmbito da Inteligência se estabeleçam entre os Países participantes da Zona de Paz e Cooperação, reforçando as tradicionais desconfianças mútuas nesse setor da segurança internacional” (p. 28).

Avaliando o lado sul-americano, a ZOPACAS exerce notoriamente um papel de mecanismo de defesa para assegurar os interesses brasileiros e representa-se relevante para seus outros dois membros sul-americanos, Argentina e Uruguai. Para o primeiro país, a questão da soberania das Ilhas Malvinas percebe a Zona como fórum para proporcionar apoio a sua demanda nacional (GONZALEZ, 2014) além das demandas territoriais. Por sua vez, o Uruguai busca recursos energéticos no pleito de sua plataforma continental e, por meio da Zona, lograr apoio de outros Estados para ampliar sua soberania territorial.

Diferentemente dos demais, o Brasil aproveitou a oportunidade de cooperação na Zona, o que lhe permitiu ações de aproximação ao continente africano e a integração de ações da Marinha por meio de instruções e ensino nas esferas de defesa e técnica. Ademais, o país tem demonstrado uma nova postura em relação ao Atlântico Sul, levando em consideração que essa região é de grande importância para os interesses nacionais, isso advém dos seguintes aspectos conforme Neves (2015): a) uma reserva de grandes recursos energéticos; b) principal meio de transporte e intercâmbio comercial; e c) plataforma de influência e projeção para a África.

A fase mais contemporânea de ação da ZOPACAS se deu em um contexto de revalorização do Atlântico Sul, no âmbito regional e mundial. Na análise dessa etapa histórica, metodologicamente corrobora-se a hipótese de pesquisa, a qual afirma que a Zona faz parte do entorno estratégico do Brasil, se consolidando como prioridade de sua política externa e de defesa, pois é o momento de maior intensidade e presença na sua agenda externa. A descoberta de novas reservas de petróleo e gás natural nas duas margens e o papel de rotas marítimas e aéreas foram aspectos que fomentaram a importância estratégica desse espaço como apontado por Penha (2011):

Os mesmos eixos históricos das relações Brasil-África, compreendendo as zonas marítimas do Nordeste ao Sudeste brasileiro (Salvador-Rio de Janeiro) e Angola-Nigéria (Luanda-Lagos), do lado africano, reaparecem como nova “fronteira de recursos” para o mundo industrializado. Esta fronteira está focada nas reservas de petróleo do Golfo da Guiné e da plataforma continental brasileira, estimadas em 60 e 70 bilhões de barris em cada lado (PENHA, 2011, p. 216).

O contexto interno dos países sul-atlânticos apresenta uma discrepância em termos de desenvolvimento econômico e políticas externa e de defesa. No âmbito das relações Brasil-África, observa-se que as novas bases dessas relações são provenientes de uma visão estratégica e de uma perspectiva coerente que, desde o início do governo Lula, em 2003, o Brasil passou a desenvolver uma diplomacia “ativa e afirmativa”, intensificando os laços com o continente africano, como também, resgatando as relações Sul-Sul (VISENTINI, 2013).

No âmbito africano, o papel protagonista de Angola é resultado de suas novas prioridades, bem como, de sua política de defesa nacional que, atualmente, aposta no desenvolvimento do setor da segurança e de defesa do Estado, assim, alavancando o crescimento econômico e a estratégia de afirmação regional. O país tem investido na capacitação militar e nas orientações estratégicas para que suas Forças Armadas façam parte dos mecanismos proativos de cooperação regional, permitindo-lhes contribuir para a afirmação de Angola na região e

na África. A interdependência entre os fatores de afirmação, como é o controle da soberania transfronteiriça e a promoção da segurança regional concorrem também para reforçar a segurança e estabilidade interna.

Por iniciativa angolana, a sexta Reunião Ministerial da Zona foi realizada em Luanda, nos dias 18 e 19 de junho de 2010⁷, cujo propósito foi revitalizar as atividades do fórum. Essa iniciativa ocorreu em um contexto em que o Atlântico Sul adquiriu novamente seu caráter estratégico devido à ampliação do potencial de exploração de petróleo e gás natural em ambas as margens, o que atraiu a atenção de potências extrarregionais, como também, o aumento do crime transnacional organizado principalmente na costa africana.

Posteriormente, realizou-se a Reunião Ministerial em Luanda, a qual foi prestigiada por vinte e quatro Estados-membros. O documento final, nomeado de Declaração de Luanda, além de reiterar os objetivos anteriores, buscou pleitear a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para maior representatividade e o avanço da Rodada de Doha para maiores oportunidades para os países em desenvolvimento. Além disso, saudou-se a criação da Comissão do Golfo da Guiné (CGG)⁸, tornando um complemento para o alcance dos objetivos da ZOPACAS. Como resultado da reunião, foi exposto o Plano de Luanda que arquitetou a agenda para três temas principais, o desarmamento e a não proliferação, a cooperação para o desenvolvimento e os temas econômicos (PEREIRA, 2016)⁹. Ainda em 2010, os Estados-membros se reuniram para a realização de uma Mesa Redonda, em Brasília, quando se discutiram o fomento da cooperação regional a nível técnico¹⁰.

A sétima Reunião Ministerial da ZOPACAS ocorreu em Montevidéu, nos dias 15 e 16 janeiro de 2013, na qual estiveram presentes vinte e um Estados-membros - Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Serra Leoa não participaram. Na ocasião foram adotados a Declaração de Montevidéu e o Plano de Ação de Montevidéu, além das declarações referentes às situações na República Democrática do Congo e na Guiné Bissau devido à instabilidade política (UNITED NATIONS, 2013)¹¹. A Declaração de Montevidéu reforçou os princípios e propósitos da ZOPACAS e apresentou questões que conversam com os objetivos centrais, reforçando a governança global e reforma, o desarmamento ao nível de todas as armas de destruição em

7 Em 2003, ocorreu o Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, onde se fez menção a importância do fortalecimento da ZOPACAS como meio de cooperação entre Brasil e os países africanos em questões de paz no continente africano. Também na primeira Cúpula América do Sul-África (ASA), em 2006, com a Declaração de Abuja, os Estados das duas margens se comprometiam em fortalecer a integração regional por meio de organizações regionais existentes, apontando a ZOPACAS como exemplo.

8 A CGG foi idealizada em 1999, mas fundada em 2001, em Libreville, surgindo da necessidade de desenvolver um mecanismo de cooperação, promover a gestão e resolução de conflitos regionais, da regulação e harmonização da extração dos recursos naturais. A organização representa um quadro de concertação político-estratégico, sendo composta por República de Angola, República do Camarões, República Democrática do Congo, República do Congo, República da Guiné Equatorial, República do Gabão, República Federativa da Nigéria e República Democrática de São Tomé e Príncipe (PEREIRA, 2016).

9 Também foram criados grupos de trabalho com o intuito de debater os problemas análogos como a cooperação econômica para erradicação da pobreza, combate a crimes transnacionais, estabilidade e segurança, prevenção de conflitos armados, pesquisa científica, questões ambientais e a implementação de projetos em tais áreas.

10 Participaram o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) e a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e foram identificadas áreas que necessitam esforços de cooperação: mapeamento e exploração dos fundos marinhos, proteção e preservação dos recursos marinhos, transporte marítimo e aéreo, segurança portuária, cooperação em termos de defesa, segurança marítima e combate a crimes transnacionais (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2010).

11 Os ministros de Defesa dos países-membros estiveram presentes nessa reunião, pois pela primeira vez eles foram convidados a participar.

massa, a paz e segurança, a questão das Malvinas, com o aumento da presença militar britânica, a defesa e seu desenvolvimento, em termos econômicos e financeiros, o desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas, os oceanos e recursos marinhos e os crimes transnacionais, como se vislumbra sinteticamente no Quadro que segue:

Quadro 1 – Plano de Ação de Montevideú (2013)

Tópicos	Objetivos
Mapeamento e exploração do fundo marinho	Desenvolver capacidade para o fomento de pesquisas científicas para avaliação do potencial de recursos minerais do mar e para delimitação das margens continentais.
Cooperação na área ambiental; proteção e preservação do ambiente marinho e de recursos marinhos vivos e pesquisa científica marinha	Intensificar os esforços cooperativos em termos de pesquisas científicas marinhas e da pesca em alto-mar; Cooperar, intercambiar informações e aumentar as capacidades nas áreas científicas, na coleta de dados, no acompanhamento, no monitoramento, no controle e na vigilância das costas.
Cooperação nas áreas de transportes marítimos e aéreos e da segurança portuária	Fortalecer a conexão entre os países-membros; Intercambiar informações para potencializar a eficiência portuária.
Cooperação para salvaguardar a segurança marítima	Intensificar a cooperação na área de monitoramento, controle e vigilância de navios; Cooperar nas capacidades de busca e salvamento.
Cooperação na área de defesa	Intensificar a interação entre suas forças armadas; Realizar a troca de informações sobre políticas de defesa; Promover exercícios militares conjuntos entre os Estados-membros; e, Criar um grupo de trabalho, no âmbito das operações de paz das Nações Unidas, com o intuito de explorar futuras oportunidades de cooperação.

Fonte: Os autores, com base no Plano de Ação de Montevideú (UNITED NATIONS, 2013) e Coutinho (2014).

Conforme evidenciado, o Plano de Montevideú apresenta metas claras e plausíveis a médio e longo prazo, cujos objetivos envolvem a maior parte das demandas dos Estados ribeirinhos do Atlântico Sul, com tópicos relativos à manutenção da paz e cooperação proativa para o desenvolvimento. Depois dessa Reunião, em 2014, a Presidência Pro-Tempore estava à cargo de Cabo Verde, que deveria ter sediado a nova reunião ministerial em 2015, porém isso não ocorreu desde então. Em Resolução 69/322 de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas recobrou ações da Zona, ao citar a necessidade de

[...] reuniones ministeriales bienales, así como reuniones anuales paralelamente a la Asamblea General, y a que se establezca un mecanismo de seguimiento, como se decidió en la Declaración de Montevideo; [...] Decide incluir en el programa provisional de su septuagésimo período de sesiones el tema titulado “Zona de paz y cooperación del Atlántico Sur (UNITED NATIONS, 2015, p. 2).

O Brasil, por sua vez, incorporou progressivamente ações que tem se coadunado com os objetivos do Plano de Ação de Montevideu, bi e multilateralmente. Desde 2003, realizaram-se acordos de cooperação no âmbito de defesa com sete países africanos (Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal) e nota-se que, salvo Moçambique, todos os países são membros da ZOPACAS. Ademais, o Brasil assinou quatro instrumentos jurídicos internacionais e fechou um acordo com Cabo Verde.

Ainda, aumentou o papel das Forças Armadas, empresas públicas e privadas da indústria de defesa - como a Embraer, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e a Taurus -, que realizam exportação e fabricação de armamentos e equipamentos; também a participação direta e indireta de associações como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a qual representa grupos que apoiam os interesses da indústria da defesa (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014b, p. 217).

Assim, o Ministério de Defesa e as Forças Armadas, especialmente a Marinha Brasileira, vêm colaborando com Angola e com Namíbia no levantamento de suas plataformas continentais, oferecendo o *know-how* contraído por meio do programa de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)¹². Também está previsto nesta cooperação, o treinamento de recursos humanos em universidades brasileiras que, no âmbito da CNUDM, cujos Estados ribeirinhos buscam legitimar as potenciais riquezas existentes no subsolo, além das 200 milhas náuticas. Na esfera de segurança e defesa, a Marinha Brasileira tem realizado treinamentos conjuntos com as Marinhas de diversos países da Costa Ocidental africana, destacando-se os exercícios de 2013 pelos Navios de Patrulha Oceânica (NaPaOc).

As relações Brasil-Angola são historicamente datadas, com a partilha de um passado ligado a Portugal. Dessa forma, percebe-se, entre os países, a existência de laços comuns, os quais tem facilitado as relações bi e multilaterais em termos de cooperação, especialmente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e adicionalmente no fórum ZOPACAS, como mecanismos que abrem novas oportunidades de inserção para ambos os países.

A cooperação no âmbito da segurança e defesa na CPLP passou a fazer parte das ações da Comunidade, devido às demandas dos próprios Estados-membros, especialmente a partir da criação do Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa (CAE/CPLP), em 1998, pela institucionalização da interoperabilidade ocorrida nos Exercícios conjuntos “FELINO” a partir de 2000 e pela revisão do estatuto da CPLP, em 2002 (RIZZI; SILVA, 2017). Importa ressaltar que os tópicos do Plano de Montevideu, de 2013, convergem com o programa e ações da cooperação em defesa na Comunidade, ou seja, são instrumentos profundamente complementares, fato que legitima as proposições interinstitucionais. Além do mais, cabe a observação

12 O LEPLAC é o programa do Governo instituído pelo Decreto nº 98.145, de 1989, com o intuito de estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental brasileira em termos jurídico, isso quer dizer, determinar a área marítima, além dos 200 milhas, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a extração e aproveitamento de recursos existentes no subsolo marinho. Em 11 de junho de 2019, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) publicou, em seu portal da ONU, recomendação na qual legitimou ao Brasil incorporar 170.000 km² de área de Plataforma Continental, região Sul, além da Zona Econômica Exclusiva. O processo de estabelecimento do limite exterior da Plataforma Continental do Brasil iniciou em 1987, por meio do trabalho de levantamentos de dados. Em 2007, fruto da primeira submissão de pleitos, depositados em 2004, o Brasil recebeu, da CLPC, o Relatório de Recomendações no qual aquela Comissão endossou cerca de 80% da proposta brasileira. Em 25 de agosto de 2015, no plenário da ONU, em Nova Iorque, a Delegação brasileira apresentou o pleito parcial revista do Brasil cobrindo a Região Sul da margem brasileira (DEFESANET, 2019).

que, embora se classifique como um fórum permanente com baixa institucionalidade (e esse talvez seja seu principal desafio), várias ações e programas propostos pela ZOPACAS desde 1986 têm tido relativa continuidade, pelo viés bilateral ou de forma multilateral.

Segundo Abdenur e Souza Neto (2014b), o Brasil ao conduzir a centralidade dos recursos marinhos na sua estratégia de defesa e nos seus esforços de cooperação naval, se esforça para construir uma identidade regional sul-atlântica. No entanto, apesar do discurso de horizontalidade e as iniciativas multilaterais, o Brasil busca expandir seu espaço de influência para assegurar seus interesses econômicos e políticos. Para evitar a percepção de assimetrias em termos econômicos e capacidade militar, o Brasil adotou um posicionamento combinado entre distanciamento e cooperação em relação aos seus parceiros.

1.3 Ampliação e fortalecimento do entorno estratégico brasileiro

Embora a convivência com seus vizinhos seja relativamente pacífica, o Brasil é consciente da volatilidade e imprevisibilidade que permeiam as relações entre os Estados, além do mais, o país compreende que os recursos naturais existentes na região despertam interesses extrarregionais permanentemente. Ainda em 1996, conforme Martins e Nunes,

[...] com a publicação da Política de Defesa Nacional (PDN), o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de “fixar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esferas de poder, e com o envolvimento dos setores civil e militar” (BRASIL, 1996 apud MARTINS; NUNES, 2017, p. 205).

Para assegurar sua soberania, a segurança da sua população, reorganizar as questões de Defesa, identificando “um ‘ambiente internacional multipolar indefinido e instável’ devido à ‘falta de correspondência entre os centros de poder estratégico-militar, político e econômico’.” (BRASIL, 1996 apud MARTINS, NUNES, 2017, p. 205), o país formulou e aprovou a Política de Defesa Nacional¹³ em 1996. Na revisão do documento em 2005, ocorreu pela primeira vez a menção do entorno estratégico. O Brasil visualiza o seu entorno estratégico extrapolando a massa do subcontinente (América do Sul), incluindo a projeção do país pela fronteira do Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana (BRASIL, 2005). Para Fiori, o entorno estratégico é a “[...] região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar” (FIORI, 2014, n.p.).

A ZOPACAS readquiriu relevância geoestratégica para proteger os interesses do Brasil no século XXI, pois o amadurecimento da política de defesa, em conjunto com a política externa, proporcionou nova visão política-estratégica que permeou a formulação de ambas. Desde os governos de Lula (2003-2010) até os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), houve uma reo-

13 Na revisão de 2012, a Política Nacional de Defesa passa a ser assim denominada, em contraponto à anterior Política de Defesa Nacional.

rientação da conduta externa do país, dando densidade político-econômica ao relacionamento multilateral a partir da prioridade das relações Sul-Sul. A multipolaridade do sistema proporcionou as condições para o país ascender como potência emergente. Nos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atualidade), houve diminuição de prioridade em relação à África na agenda externa brasileira, mas não ruptura, visíveis alterações no Paradigma de Estado, com retorno de características do Estado Normal, afetando a sinergia entre a política externa e a política de defesa, porém com relativa continuidade.

As Forças Armadas brasileiras passaram por um processo de desvalorização progressivo, após o período de transição nacional para a democracia, em 1985, pois acreditava-se que os ganhos alcançados pela sociedade e pelo governo civil pudessem ser ameaçados. Assim, o setor da defesa enfrentou um período de desinvestimentos e reorganização deu de forma simultânea, devido à maior participação do Brasil nos fóruns mundiais, buscando projetar sua influência e formar novas alianças, a partir do final da década de 1990 e o alcance dos objetivos e interesses da política externa brasileira proporcionaram o amortecimento das relações entre civis e Forças Armadas (SEABRA, 2014). É digno de nota a criação do Ministério de Defesa, em 1999¹⁴, o qual simboliza um marco na transição democrática do país; no âmbito internacional, permitiu diálogo igualitário sobre defesa e, posteriormente, a elaboração de uma Política Nacional de Defesa.

Dessa forma, iniciou-se uma nova fase em termos de política de defesa a partir de documentos oficiais que orientam a nova política, baseada em um posicionamento mais assertivo frente aos interesses nacionais e a preocupação com a segurança e soberania do país, com destaque para a defesa dos recursos naturais na Amazônia e no Atlântico Sul (Política Nacional de Defesa, 1996 e principalmente 2005, Estratégia Nacional de Defesa de 2008 e Livro Branco de Defesa Nacional de 2012)¹⁵. Esses documentos vincularam as políticas externa e de defesa, possibilitando não somente a convergência de elementos nos discursos diplomático e militar, como também, o reconhecimento do processo conjunto.

O interesse estratégico brasileiro no Atlântico Sul ultrapassa as águas jurisdicionais de seu território e das 200 milhas de sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), decorrente que seu comércio marítimo brasileiro se dá, prioritariamente, pelas águas deste oceano, que representam 90% do comércio do país (DIMENSÕES..., 2013). A exploração do pré-sal surgiu como alvo de atenção prioritária do governo, especialmente à medida que dúvidas afloraram sobre a viabilidade econômica e tecnológica da sua extração. Assim, esse setor foi impulsionado pelos esforços internos e externos, paralelamente visando a proteção dessas reservas, por meio de uma ação adequada nas áreas de segurança e defesa. Neste sentido, ampliou-se e consolidou-se a percepção geopolítica do país do Atlântico Sul, relançando a necessária construção da maritimidade brasileira.

14 A Lei Complementar nº 97 dispôs sobre a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e uma das suas principais realizações foi a criação do Ministério da Defesa, com autoridade do Ministro da Defesa como parte do Poder Executivo, incluído na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999.

15 1996, 2005, 2012, 2016: Política Nacional de Defesa (prevê a reestruturação das Forças Armadas; sinergia entre política de defesa e desenvolvimento; América do Sul e Atlântico Sul como regiões prioritárias. 2008, 2012, 2016: Estratégia Nacional de Defesa (regulamenta a PND, com reestruturação da indústria de defesa, uso de tecnologias de uso dual, integração da América do Sul pela UNASUL e Planos de Articulação e Equipamento das três Forças). 2012, 2016: Livro Branco de Defesa Nacional (regulamenta os Planos). Em julho de 2020, as Minutas de atualização dos três documentos foram enviadas pelo Ministério da Defesa ao Congresso Nacional, para avaliação e aprovação.

O termo “Amazônia Azul” refere-se ao território marítimo brasileiro, composto, conforme definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), pelo mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva e plataforma continental. O conceito surgiu em 2004, quando Roberto de Guimarães Carvalho, então Comandante da Marinha brasileira, publicou o artigo “A outra Amazônia”, no qual, por meio de uma analogia à Amazônia continental, buscou evidenciar a importância do espaço marítimo do país – que, assim como a Amazônia territorial, guarda riquezas e necessita ser defendido (CARVALHO, 2004)¹⁶.

A Política Nacional de Defesa (PND), constituída pelo Decreto nº 5.484, em 2005¹⁷, foi inovadora em termos de buscar promover o desenvolvimento e o reaparelhamento das Forças Armadas, pautado na independência tecnológica e superação de entraves de desenvolvimento científico e tecnológico (VISENTINI; PEREIRA, 2014). Em linhas gerais, a PND se baseou em três pontos principais: a) a necessidade de reestruturação das Forças Armadas; b) o desejo pela convergência entre a política de defesa e o projeto de desenvolvimento socioeconômico do Brasil; c) a América do Sul e o Atlântico Sul como áreas prioritárias para a segurança do país. O documento tornou-se essencial para consolidar a Política de Defesa conforme a estatura política-estratégica do país para preservar a soberania e os interesses nacionais. Neste sentido, o documento reconhece a importância da América do Sul e do Atlântico Sul como regiões prioritárias da Política Externa e de Defesa do Brasil:

[...] Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). A ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura da América do Sul, com a devida atenção ao meio ambiente e às comunidades locais, podem concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração (BRASIL, 2005, p. 21-22).

Em complemento, o documento ressaltava que a segurança do país seria ameaçada pela instabilidade da região onde ele está inserido. Dessa forma, torna-se indispensável a convergên-

16 Na Amazônia Azul se encontra a maior parte das reservas de petróleo e gás natural brasileiras. Conforme Andrade e Franco (2018), atualmente, 89,04% do petróleo e 76,12% do gás natural do Brasil são prospectados em campos marítimos, sendo que 92,86% do petróleo extraído no país provém das bacias de Campos e Santos. Também se encontram, na Amazônia Azul, províncias minerais, que contêm diamantes, ouro e metais pesados, bem como cascalhos e areais, muito utilizados na construção civil (LIMA *et al.*, 2017). Ainda, mais de 45% do pescado produzido no país é extraído do mar.

17 Em 2012, a Política Nacional de Defesa passa a ser assim denominada, em contraponto à anterior Política de Defesa Nacional.

cia de ações políticas, o diálogo e a aproximação com os vizinhos para reduzir os delitos transnacionais e alcançar melhores condições de desenvolvimento social e econômico.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), constituída pelo Decreto nº 6.703, em 2008, objetiva a modernização da estrutura nacional de defesa. Também aborda as questões político-institucionais que permitam que o governo e a sociedade se engajem decisivamente na grande estratégia de segurança da nação. O seu lançamento foi impulsionado pela descoberta da camada pré-sal de petróleo, em 2007. De modo geral, observa-se o desejo do governo brasileiro em promover o desenvolvimento de uma defesa proativa da costa brasileira, pautado no desenvolvimento tecnológico independente, como também a dupla funcionalidade da marinha - defesa da costa e projeção de poder (VISENTINI; PEREIRA, 2014).

Por sua vez, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), constituído pelo Decreto nº 7.438 de 2012, esclarece as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção a soberania do país. O documento traz explícito o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), o qual busca monitorar e controlar as águas jurisdicionais brasileira e as áreas estratégicas para o Brasil no Atlântico Sul.

De acordo com o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040), “a independência tecnológica deve ser vista como um desafio que deve ser superado, visando a redução da dependência do exterior no tocante aos meios, sistemas e equipamentos de Defesa” (BRASIL, 2020a, p. 59). E três setores tecnológicos são citados como essenciais para a Defesa Nacional na minuta da END 2020: o nuclear, o cibernético e o espacial. Para efetivar a soberania da Amazônia Azul, além do SisGAAZ, o Brasil vem investindo desde 2008 em projetos como o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, de caráter estratégico, cujo objetivo é modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha. Este núcleo está integrado com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), com a proposta de desenvolver submarinos convencionais e de propulsão nuclear, também está previsto a um estaleiro de base naval¹⁸. Em questões de pesquisa científica na região sul-atlântica, o Brasil adotou dois programas, o Protrindade e o Proantar, sendo que o primeiro almeja criar as condições necessárias para o desenvolvimento do arquipélago de Trindade e o segundo refere-se a iniciativas ligadas às pesquisas sobre a Antártida, como o levantamento e exploração das águas geladas, próximas ao Atlântico Sul¹⁹.

Com a definição do conceito de entorno estratégico, percebeu-se que os interesses securitários brasileiros ultrapassam as fronteiras nacionais. Em 2012, no LBDN, tal conceito foi atualizado, com a expansão da área estratégica de defesa para a América do Sul, Atlântico Sul e a costa africana ocidental e a Antártica, nomeados esses como entorno estendido – menciona-se também a proximidade do mar do Caribe.

18 Segundo a Marinha do Brasil, o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval é de “caráter estratégico e inclui subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios, como o Programa de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PCT), o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO) e os subprogramas relacionados à manutenção e consolidação do poder de combate do CFN, como o PROADSUMUS” (p.83). Esses programas têm capacidade importante de alavancar o desenvolvimento da indústria nacional e segmentos relacionados, com oferta de empregos diretos e indiretos.

19 Semelhantes a eles, o Proarquipélago é uma política para pesquisa em todas as ilhas sul-atlânticas brasileiras e foi implementada pela Marinha brasileira, com o propósito de que todas as ilhas sejam permanentemente habitadas (GUIMARÃES, 2016).

De forma pragmática, a ZOPACAS tem se caracterizado como parte do processo de construção de uma identidade regional, no qual conflitos extrarregionais não devem ser projetados sob a região, pois no Livro Branco de Defesa Nacional consta:

[...] O Brasil também dedica, junto a seus vizinhos da África Ocidental, especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). [...] O Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A Resolução nº 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os Estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada [...] (BRASIL, 2012c, p. 39).

Assim, nota-se que o Brasil gradualmente traçava uma maior autonomia na região, pois

[...] as políticas brasileiras civis e militares para o Atlântico Sul não indicam uma vontade de obter o comando geral do oceano. Programas de mapeamento, pesquisa e desenvolvimento, junto a aquisição de submarinos e a implementação de sistemas de monitoramento, apontam para o fato de que o Brasil vem tentando garantir um comando do local permanente de suas águas jurisdicionais. Isso significa que o Brasil quer assegurar que nenhum país possa interferir em suas atividades civis e militares no mar (GUIMARÃES, 2016, p. 286-287, grifo nosso).

No entanto, com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente a presidência do país, em maio de 2016. Dado o contexto de crise política e econômica, Temer buscou a alteração no eixo principal da agenda externa brasileira, que antes visava as relações com Sul, para uma guinada em direção aos parceiros tradicionais – EUA e Europa ocidental. Essa guinada se aprofundou com o governo Jair Bolsonaro (2019-atualidade), com a perspectiva político-estratégica e ideológica influenciando a agenda externa, o que culminou na diminuição das relações que vinham sendo construídas nos governos anteriores no âmbito da política externa. O viés das relações Sul-Sul foi substituído pelo discurso Norte-Sul com um estreitamento das relações com EUA e Europa ocidental.

Paralelamente, a partir de 2011, ocorreu a estruturação do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), com o intuito de sistematizar a atualização dos documentos de defesa. A versão dos documentos de 2016/2017 trouxe elementos de continuidade da Política de Defesa do Brasil, como a priorização do entorno estratégico (América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental africana e a Antártica), a importância da relação entre Defesa e desenvolvimento econômico, particularmente por meio das tecnologias de uso dual, o desejo pelo domínio do ambiente aeroespacial e do ambiente cibernético, a ampliação da matriz energética e a participação em operações de paz da ONU. Em contrapartida, apresentam algumas mudanças e ausên-

cias, devido ao diagnóstico da atual situação sistêmica mundial e a não menção da previsão orçamentária direcionada aos grandes projetos estratégicos da END, o que está interligado à recessão econômica interna e à falta de estabilidade dos investimentos em defesa por parte do Poder Executivo (MARTINS; NUNES, 2017).

É importante ressaltar que após reafirmar a priorização da integração sul-americana e do entorno estratégico, a PND menciona a América do Norte e Europa como tradicionais relações que representam ser áreas de interesse do país. A “Nova Política Externa” do governo Michel Temer adveio da tentativa da mudança política na esfera regional de isolar a Venezuela, o abandono do multilateralismo. A política externa do governo Jair Bolsonaro tem redimensionado desde 2019 a agenda externa brasileira, com profundo realinhamento aos EUA em detrimento das relações Sul-Sul e relativo afastamento da América do Sul (inclusive com o esvaziamento da UNASUL e MERCOSUL), com claras características do paradigma do Estado Neoliberal. Assim, atualmente, a PND e a política externa têm buscado manter em menor intensidade as ações anteriores, com um foco de maior prioridade com EUA e Europa Ocidental, cujo desenvolvimento tecnológico possa proporcionar uma sinergia de projetos nacionais, mas com um baixo impacto orçamentário e resultados positivos para a economia nacional, como por meio de exportações.

2 Considerações finais

A partir do exposto, por meio da análise bibliográfica e documental como procedimentos metodológicos, confirmou-se a hipótese da pesquisa, de que a ZOPACAS é parte vital do entorno estratégico do Brasil, como prioridade de suas políticas externa e de defesa, desde sua criação, em 1986, porém com períodos de maior ou menor intensidade em sua agenda externa – daí se insere o ano de 2005 como elemento importante, pela primeira revisão da PDN. A Zona foi criada para manter a região do Atlântico Sul livre de armamentos de destruição em massa, além de aproximar os países em assuntos de caráter securitário, geopolítico e de desenvolvimento socioeconômico. A despeito do arrefecimento das ações deste grupo de Estados nos anos 1990, a partir do início do século XXI, houve novo impulso no sentido de cumprir o propósito inicialmente concebido, porém com novo ocaso a partir de 2013. Se de um lado, o conceito amplo da ZOPACAS causa questionamentos por parte de alguns Estados-membros e a falta de institucionalidade causa desinteresse por eles, também permite a liberdade para que a iniciativa se mostre necessariamente ativa frente a novos desafios, dessa forma, ganhando um teor atemporal.

Conclui-se, *a priori*, que é urgente o processo de retomada institucional da ZOPACAS, para manter o Atlântico Sul como área de paz e cooperação, frente os interesses extrarregionais. Logo, as políticas externa e de defesa são compreendidas como políticas públicas complementares, junto com o modelo de desenvolvimento, e isso se evidencia em ações e intenções do Brasil para a área que a abrange a Zona. Também ficou evidente na discussão que o processo de formulação da política externa e de defesa do Brasil tem sido conexo à conjugação de questões internas e externas, cuja pluralidade de atores e interesses reflete a complexidade da ordem doméstica, regional e mundial e suas demandas e algumas permanências prioritárias. Nesse sentido de permanências, as minutas do PND e da END de 2020 preveem que

[...] o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – Zopacas contribuirá para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extra regionais no Atlântico Sul (BRASIL, 2020b, p. 33).

Também cabe o destaque de que, em setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro enfatizou na Assembleia Geral da ONU de 2020 que: “O Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” (BOLSONARO, 2020, n.p.) e em outubro, em seminário virtual promovido pelo Ministério da Defesa, Marinha do Brasil e MRE, a retomada da ZOPACAS foi tema recorrente entre os participantes²⁰. Logo, havendo a demanda por revitalização da Zona nas instituições brasileiras (e isso fica evidente nas Forças Armadas), essa deve vir acompanhada de ações de política externa que pontuem complementarmente à política de defesa atual, ressignificando especialmente a construção da maritimidade brasileira.

A região do Atlântico Sul foi revalorizada econômica e geopoliticamente no século XXI. O crescimento da exploração de petróleo e gás natural tem sido fundamental para o desenvolvimento dos países ribeirinhos da região, o que demanda o robustecimento das políticas de defesa e segurança na área. Neste sentido, Almeida e Bernardino (2013) ressaltam que:

[...] A segurança marítima, aliada à segurança energética, a par do desenvolvimento sustentado constitui o elemento central que uniu estes países e estas regiões, que estão unidos por um Oceano e estrategicamente ligados por interesses comuns na salvaguarda das suas soberanias (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013, n.p.).

Dadas as características operacionais de algumas Forças Armadas da região, bem como a deficiente estratégia militar relativa à segurança marítima regional, esses países tornam-se vulneráveis à penetração de forças externas e do aumento de ilícitos. Observa-se que os EUA têm atuado de forma mais proativa frente à África, revelando o aumento da importância estratégica desse continente para seus interesses. Com a criação do *U.S Africa Command* (AFRICOM), em 2008, a política externa norte-americana assumiu um viés cada vez mais securitário, com a justificativa de combater o terrorismo na região e garantir a segurança da produção e da comercialização do petróleo. Por sua vez, o Reino Unido, desde o período colonial, atua na região por meio de seus domínios, os quais lhe permite ampliação de poder e comunicação marítima – utilização da Ilha de Ascensão pelo AFRICOM e OTAN.

A Iniciativa da Bacia do Atlântico da OTAN, a partir de 2010, representou o fim da linha imaginária histórica entre o Atlântico Norte e o Sul, à medida que todos os países deveriam unir-se frente às oportunidades e aos desafios decorrentes das mudanças do sistema mundial. Ademais, compreende-se que a segurança é o elemento-chave que conecta a maior parte

20 Para mais informações: <https://www.marinha.mil.br/simposiozopacas/pt-br/inicio>. Acesso em: 18 mar. 2021.

dos Estados do Atlântico Sul. Essas potências estão, ainda, compartilhando a região com os interesses estratégicos de China e Índia (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013).

O Golfo da Guiné é um atrativo econômico em decorrência de suas reservas de petróleo e pela localização geográfica e sua securitização representa o maior desafio regional atual. Conforme Pimentel (2018), o aumento do comércio internacional tem reorganizado a geopolítica da logística internacional, a qual exerce papel fundamental na reordenação dos conceitos de espaço, limites e fronteira no ambiente marítimo, conjugando segurança marítima com questões energéticas (relacionadas à extração de petróleo e gás natural, especialmente).

Diante desses pressupostos, ZOPACAS, CPLP e CGG se destacam no âmbito regional, pois a soma de esforços acarretaria o desenvolvimento de mecanismos de concertação político-estratégico, potencializando um alcance global. Mesmo criadas em momentos distintos, as motivações e os objetivos dessas organizações se assemelham, pois ambas as iniciativas estão ligadas à forma que os Estados da região percebem as mudanças na distribuição de poder do sistema mundial. Embora ocorra a dificuldade dos países da região em concretizar seus projetos sob bases mais sólidas, o que é, em certa medida, resultado da ausência de institucionalidade e burocracia da própria ZOPACAS, a revitalização do fórum auxiliaria na projeção de poder regionalmente com a construção progressiva de uma identidade sul-atlântica, além de assegurar a prevenção de interferência extrarregional no processo de integração entre os Estados da região sul-atlântica. Uma possibilidade imediata refere-se à possível construção conjunta e assim, endógena, de uma Estratégia para a estabilidade do Golfo da Guiné, entre as três instituições.

Referências

ABDENUR, A. E.; SOUZA NETO, D. M. de. O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. de (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: Américo do Sule Atlântico Sul. Brasília, DF: Ipea, 2014a. p. 215-238. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592&Itemid=1. Acesso em: 24 mar. 2019.

ABDENUR, A. E.; SOUZA NETO, D. M. de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014b. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/358/35831639001.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

ALMEIDA, E. C.; BERNARDINO, L. M. B. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2532, jan. 2013. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/797>. Acesso em: 17 mar. 2021.

AMORIM, S. G. de. Perspectivas brasileiras na convergência entre o SISBIN e a ZOPACAS. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 11-31, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/41295>. Acesso em: 29 maio 2021.

ANDRADE, I. de O.; FRANCO, L. G. A. A Amazônia Azul como fronteira marítima do Brasil: importância estratégica e imperativos para a defesa nacional. In: PÊGO, B.; MOURA, R. (org.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública – volume 1. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA; Ministério da Integração Nacional, 2018. p. 151-178. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34441. Acesso em: 5 out. 2020.

BERNARDINO, L. M. B. O novo paradigma da segurança na África: a Estratégia Securitária Regional Angolana. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 168-184, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/51065>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011**. Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes à aquele Livro, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7438.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012.** Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Marinha. **Plano estratégico da Marinha PEM 2040.** Marinha do Brasil. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020a. E-book. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html. Acesso em: 1 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa.** [Brasília, DF: Ministério da Defesa], 2012b. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro branco de defesa nacional.** [Brasília, DF: Ministério da Defesa], 2012c. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa.** [Brasília, DF: Ministério da Defesa], 2012d. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa [e] Estratégia nacional de defesa.** [Brasília, DF: Ministério da Defesa], 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 29 maio 2021.

BOLSONARO, J. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. In: BRASIL. Presidência da República. Planalto. Discursos. Brasília, DF; Presidência da República, 22 set. 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-ouu>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CARVALHO, R. de G. A outra Amazônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2004. Tendências/debates. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2502200409.htm>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, n. 46, v. 2, p. 5-25, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zbz5ycSxKHRYZCRpkPqRyGF/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CERVO, A. L. **Inserção internacional**: a formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L. A marcha lenta da América Latina no século XXI. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 11-32, jan./jun. 2016.

CORREIA, P. de P. Geopolítica e geoestratégia. **Nação e Defesa**, [Lisboa], v. 5, n. 131, p. 229-246, 2012. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7670/1/NeD131_PedroPezaratCorreia.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

COUTINHO, I. C. **O papel da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) para o fortalecimento do entorno estratégico brasileiro**: da criação à revitalização (1986-2014). 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116341>. Acesso em: 24 jul. 2021.

DEFESANET. Cobertura especial - SISGAAZ - Naval. **Brasil incorpora 170 mil km2 de área de Plataforma Continental e tem sua “Amazônia Azul” ampliada**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/33221/Brasil-incorpora-170-mil-km2-de-area-de-Plataforma-Continental-e-tem-sua-%E2%80%9CAmazonia-Azul%E2%80%9D-ampliada/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

DIMENSÕES estratégicas do desenvolvimento brasileiro: Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégicas de integração. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2013. v. 3. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CAEBS21_VIII_Web_9521.pdf/267335e9-7a24-4387-a0c5-1803ca291efa?version=1.6. Acesso em: 24 jul. 2021.

FIGUEIREDO, E. de L. Estudos estratégicos como área de conhecimento científico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 107-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/viewFile/63090/37662>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FIORI, J. L. Brasil e o desafio do pacífico. **Observatório das Metrôpoles**, [s. l.], 19 ago. 2014. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/brasil-e-o-desafio-do-pacifico-jose-luiz-fiori/>. Acesso em: 1 out. 2018.

GONZALEZ, R. M. Brasil e a ZOPACAS: projeção de poder ou cooperação estratégica? **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 19, 2014. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/980>. Acesso em: 24 jul. 2021.

GUIMARÃES, B. G. A estratégia geopolítica brasileira para o Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 259-293, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/401>. Acesso em: 24 jul. 2021.

LIMA, M. R. S. de et al. **Atlas da política brasileira de defesa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170515113254/Atlas_da_Politica_Brasileira_de_Defesa.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

MARTINS, J. M. Q.; NUNES, R. C. Política externa, política de defesa e modelo de desenvolvimento no Brasil: do Estado desenvolvimentista ao Estado logístico (1930-2017). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 190-221, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/78130/47689>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional (PUC)**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v35n1/a01v35n1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

NEVADO, P. P. **Popper e a investigação: a metodologia hipotética-dedutiva**. Lisboa: Centro de Investigação Avançada; Instituto Superior de Economia e Gestão; Universidade Técnica de Lisboa, 2008. (Working paper, n. 8). Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2564/1/adwp72008.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

NEVES, A. L. V. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. In: GHELLER, G. F.; GONZALES, S. L. de M.; MELLO, L. P. de (org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2015. p. 233-262. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831_amazonia_e_atlantico_sul_web.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EdUFBA, 2011.

PEREIRA, A. D. Concertação política-estratégica e cooperação no Atlântico Sul: os casos da ZOPACAS e da Comissão do Golfo da Guiné. In: VISENTINI, P. F.; MIGON, E. X.; PEREIRA, A. D. (org.). **A (in) segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS, 2016. p.59-78.

PIMENTEL, C. R. **Avaliando a performance regional do Brasil no Atlântico Sul: diplomacia, defesa, cooperação e comércio em perspectiva comparada**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28082018-105944/publico/2018_CaueRodriguesPimentel_VOrig.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.

PIMENTEL, C. R. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 133-143, 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/393/302/>. Acesso em: 20 maio 2021.

RIZZI, K. R.; SILVA, I. C. da. A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: A ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 32-63, jul./dez 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/79143>. Acesso em: 26 jul. 2021.

RUCKS, J. T. A geopolítica do Atlântico Sul: a importância da ZOPACAS para o Brasil. In: ANAIS do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: I CONGEO: racionalidades e práticas em múltiplas escalas: Rio de Janeiro, PUC-Rio 7 a 10 de outubro de 2014. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. p. 147-158. Disponível em: <https://www.editora letra1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p147-158.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTOS SOARES, C. C. **A segurança marítima no Atlântico Sul**: os organismos de cooperação multilaterais protagonizados pelo Brasil e suas capacidades de atuação na segurança marítima dessa região. 2020. Dissertação (Trabalho de conclusão do curso de Estado-Maior, Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS_073_MONO_CC_CA_SANTOS%20SOARES.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

SARAIVA, J. F. S. **A África no século XXI**: um ensaio acadêmico. Brasília, DF: FUNAG, 2015. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1121_a_africa_no_seculo_xxi_um_ensaio_academico.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

SEABRA, P. Política de defesa política externa e grande estratégica do Brasil. **Revista Nação e Defesa**, [Lisboa], n. 138, p. 45-62, 2014. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15676/1/ICS_PSeabra_Politica_ARN.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44. (Série educação a distância). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 24 jul. 2021.

TODD, E. **Depois do império**. São Paulo: Record, 2003.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Letter dated 14 February 2013 from the Permanent Representative of Uruguay to the United Nations addressed to the Secretary-General**.

Montevideo; New York: United Nations, 2013. (A/67/746). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/745676> Acesso em: 2 fev. 2021.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Zone of peace and cooperation of the South Atlantic**. New York: United Nations, Sep 2015. (A/RES/69/322). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/804642>. Acesso em: 2 fev. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Escritório de Ligação e Parceria no Brasil. Todas as notícias do UNODC Brasil e Cone Sul. Dezembro 2010. **UNODC participa em reunião preparatória da ZOPACAS em Brasília**. Brasília, DF: Escritório de Ligação e Parceria no Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/12/07-unodc-participa-de-reuniao-preparatoria-da-zopacas-em-brasilia.html>. Acesso em: 17 mar. 2021.

VIEGAS FILHO, J. **A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África**. Brasília: FUNAG, 2006. (Curso de altos estudos). Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1180-a-seguranca-do-atlantico-sul-e-as-relacoes-com-a-africa.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

VIEIRA, M. A ZOPACAS e a Segurança do Atlântico Sul: o Caso da Serra Leoa. In: SEMINÁRIO IDN JOVEM, 2., 2017, Braga. **II seminário IDN jovem**. Braga: Instituto de Defesa Nacional, 2017. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/81195/1/A%20ZOPACAS%20e%20a%20Seguranca%20do%20Atlantico%20Sul.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In: VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (org.). **África do Sul: história, Estado e sociedade**. Brasília, DF: FUNAG/CESUL, 2010. p. 65-96. (Coleção Sul-africana). Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

VISENTINI, P. G. F. PEREIRA, A. D. O Atlântico Sul como espaço estratégico para o Brasil: política externa e de defesa. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 84-113.

WAPMUK, S.; AKINKWOTU, O. As dinâmicas da África nas relações mundiais: do afro-pessimismo para o afro-otimismo?. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 11-31, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/75450#:~:text=Os%20assuntos%20africanos%20contribuem%20para,%2Dpessimistas%20e%20Afro%2Dotimistas>. Acesso em: 10 out. 2020.